

DESAFIOS DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E OPRESSÕES DO CAPITALISMO RACISTA

Flávia Helena Santos da Silva

Introdução

Os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2025) indicam que os povos afrodescendentes, cerca de 153,3 milhões residentes na América Latina, são os que sofrem as piores situações de desigualdade, marginalização e discriminação. Essa situação é ainda mais acentuada quando se trata de mulheres e jovens afrodescendentes, para quem as oportunidades de acesso a serviços básicos, posse da terra, educação de qualidade e moradia, entre outras, são muito mais escassas.

Vale destacar que a afrodescendência é reconhecida como um fenômeno estrutural das Américas, originado no contexto da escravização africana entre os séculos XVI e XIX, quando se consolidaram o capitalismo, a modernidade europeia e as desigualdades sociorraciais no Ocidente (CEPAL e UNFPA, 2020). De forma específica, os afrodescendentes compõem povos com consciência de identidade, que contam com instituições culturais próprias de caráter ancestral e que estão presentes desde antes da atual demarcação dos estados nacionais.

Na América Latina e no Caribe, a escravidão enriqueceu os proprietários de pessoas escravizadas e seus descendentes e com frequência estimulou a economia do país, suprimindo simultaneamente a criação de riqueza para a população escravizada. A maioria dos países que participaram do comércio transatlântico de pessoas africanas escravizadas ainda não compensou seus descendentes financeiramente pelo trabalho prestado. Também não abordaram de forma significativa suas políticas públicas discriminatórias em matéria de justiça criminal e educação, entre outras, nem a forma como essas políticas privaram os afrodescendentes das oportunidades de geração de riqueza das quais gozava a população branca.

Um dos indicadores mais importantes da exclusão do mercado de trabalho é o desemprego que, na América Latina e em todas as regiões do mundo, atinge mulheres e jovens em maior grau. Estudos que consideram a dimensão étnico-racial também têm demonstrado que o desemprego incide em maior medida sobre as pessoas pertencentes a povos indígenas e populações afrodescendentes (CEPAL e UNFPA, 2020; HOLZ et al., 2022).

Pensando em dialogar sobre as desigualdades sociais, raciais e econômicas, este trabalho se desenvolveu no contexto do Programa “Move La America” da CAPES, em que há o incentivo para estudantes de pós-graduação da América Latina e do Caribe para o Brasil, a fim de realizar o componente “sanduíche” de seus estudos. Os bolsistas podem participar de atividades de pesquisa, extensão e disciplinas em programas de mestrado e doutorado de universidades brasileiras. Registram-se também esforços de internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras por meio da atração de discentes vinculados a instituições de ensino e pesquisa estrangeiras da América Latina e Caribe, permitindo-se o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação (PPG) e a criação de um ambiente

institucional internacional.

Assim, sendo o Brasil um dos integrantes da América Latina e o último país a abolir oficialmente a escravidão negra, dentro do contexto de desigualdades sociais, o artigo pretende discutir os desafios da juventude negra frente à violência e falta de acesso a direitos sociais (principalmente emprego e educação). A fundamentação teórico-metodológica adotada é a materialista histórico-dialética e utilizaremos como fonte de apoio a interpretação de Clóvis Moura sobre as relações sociais, decorrentes do resquício da escravidão, e as consequências para a manutenção do racismo no capitalismo dependente, fatores raiz da desigualdade brasileira.

Também compõe a discussão a interpretação de Lélia Gonzalez, que, através de suas pesquisas, interpretou o Brasil e suas desigualdades, sendo considerada uma intelectual orgânica (Gramsci, 2000) e formadora de uma teoria social que conjugou os fatores de raça, gênero e classe, para demonstrar a peculiaridade do racismo à brasileira. Através de seus ensinamentos, podemos observar que as políticas públicas direcionadas aos afrodescendentes precisam melhorar, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes.

Raízes da desigualdade e relação com o capitalismo dependente – Ensinamentos de Clóvis Moura

Inicia-se este item apresentando dados da FAO e CEPAL (2025, p. 19) nacionais sobre a pobreza e o desemprego dos afrodescendentes¹¹ e não afrodescendentes em seis países da América Latina nos anos 2016, 2021 e 2022: Brasil (2016: A - 28,0; NA - 12,1; 2021: A - 31,5, NA - 15,1; 2022: A - 25,3, NA - 12,2), Colômbia (2016: A - 40,4, NA - 27,5; 2021: A - 42,8, NA - 32,0), Equador (2016: A - 34,3, NA - 20,6; 2021: A - 42,7, NA - 25,0; 2022: A - 36,7, NA - 22,0), Panamá (2016: A - 10,2, NA - 10,7; 2021: A - 9,9, NA - 11,5; 2022: A - 8,2, NA - 9,1), Peru (2016: A - 20,2, NA - 12,2; 2021: A - 18,6, NA - 12,4; 2022: A - 18,9, NA - 11,8) e Uruguai (2016: A - 9,1, NA - 3,3; 2021: A - 9,8, NA - 4,5; 2022: A - 8,1, NA - 4,2).

Quando recortamos os índices de taxas de desemprego total da população com 15 anos ou mais de idade por origem étnico-racial, sexo e área de residência urbana e rural, 2021-2022, em seis países da América Latina, obtivemos os seguintes dados (da FAO e CEPAL, 2025, p. 22): Brasil (2022): Ambos os sexos (A - 11,5; NA - 8,0); Mulheres (A - 14,5; NA - 9,5); Homens (A - 9,2; NA - 6,6); Colômbia (2021): Ambos os sexos (A - 17,4; NA - 14,0); Mulheres (A - 24,4; NA - 18,1); Homens (A - 12,1; NA - 10,8); Equador (2022): Ambos os sexos (A - 8,3; NA - 4,6); Mulheres (A - 9,3; NA - 5,8); Homens (A - 7,4; NA - 3,9); Panamá (2022): Ambos os sexos (A - 12,6; NA - 9,6); Mulheres (A - 14,6; NA - 10,9); Homens (A - 11,0; NA - 8,6); Peru (2022): Ambos os sexos (A - 3,7; NA - 5,1); Mulheres (A - 4,1; NA - 6,1); Homens (A - 3,2; NA - 4,3); Uruguai (2022): Ambos os sexos (A - 12,7; NA - 8,6); Mulheres (A - 15,0; NA - 9,5); Homens (A - 10,5; NA - 9,5).

Esses dados demonstram que, no Brasil, na Colômbia, no Equador e no Uruguai, as taxas de desemprego entre afrodescendentes são invariavelmente maiores do que entre os não afrodescendentes; principalmente entre as mulheres afrodescendentes, persiste em 2022 em quatro dos cinco países com dados disponíveis (Brasil, Colômbia, Equador e Uruguai), sendo o Peru a exceção.

¹ Utilizaremos as letras A para nos referir aos afrodescendentes e NA para nos referir aos não afrodescendentes.

Diante dos dados apresentados, faremos um recorte para analisar o que leva a esses resultados no Brasil. Por que, atualmente, ainda persistem as desigualdades sociais, principalmente de emprego e educação para a população negra? Quais são os critérios levados em consideração para o acesso a direitos sociais garantidos a qualquer cidadão residente no Brasil? Quais são os indícios para não ocorrer a violência na sociedade brasileira? Qual é o segmento da população brasileira mais atingido pela violência? Há territórios determinados em que a violência ocorre com mais frequência?

Melhor resposta encontramos no autor Clóvis Moura, que foi sociólogo, historiador, jornalista e escritor. Em suas pesquisas, analisou a luta de classes no sistema escravista, destacando a resistência dos negros à escravidão (como a formação de quilombos, fugas, suicídios, revoltas, assassinatos de feitores). Seus trabalhos colaboram com a história brasileira, levando-nos à compreensão de como se originou e de que forma se estabeleciam as relações sociais e por que o sistema capitalista, fomentado pelo racismo, prevalece até os dias atuais.

Moura (1983), em seu livro *Raízes do protesto negro*, examina que o Brasil tem características específicas em relação aos demais países da América do Sul na sua formação e desenvolvimento econômico, social, político e cultural, já que foi o último país a abolir oficialmente a escravidão, e fatores como a sua duração, distribuição geográfica e as soluções encontradas para a extinção acarretaram atrasos históricos, sociais, políticos e culturais, embora, como os demais países, estivesse subordinado ao sistema colonial e em seguida ao sistema imperialista mundial.

Argumenta Moura (1983) também que esses itens devem servir como guia de análise para esclarecer a situação em que se encontra o Brasil no relacionamento interétnico, as conotações ideológicas específicas criadas para justificar o sistema colonial no passado e o imperialista no presente, e, ao mesmo tempo, como foi possível manter os mecanismos determinantes de formação e desenvolvimento de uma ideologia mistificadora como a democracia racial.

Explica o autor que o mito da democracia racial surgiu da necessidade de o colonizador português estabelecer “dobradiças amortecedoras” das contradições raciais que se apresentavam como ameaça de conflito social e racial permanente. A população negra, no Brasil, até meados do século XIX, era superior à branca, e para que a grande massa não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica. O Brasil não queria que ocorresse a guerra que aconteceu no Haiti.

Importante pontuar sobre as relações sociais, no período colonial, no qual houve a opção pelo extermínio dos indígenas, bem como o estabelecimento do tráfico de escravizados negros como elemento mais importante entre os mecanismos mantenedores do sistema escravista, sendo este um dos grandes fatores de acumulação capitalista das metrópoles. Pode-se afirmar também que Clóvis Moura, para melhor entendimento da realidade brasileira, incluiu os estudos de Marx:

O regime colonial deu um grande desenvolvimento à navegação e ao comércio. Daí nasceram as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios que serviram de poderosas alavancas e concentração de capitais. E assegurou os mercados às nascentes manufaturas, aumentando a facilidade de acumulação, graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa por meio

do trabalho forçado reduzido à escravidão, pela concessão, a pilhagem e a morte, refluíram à mãe-pátria para funcionar aí como capital (Marx, 1964, p. 99-100).

Acrescenta que a formação da unidade mercantil-ideológica iniciou o processo de capitalização nas metrópoles e descapitalização das colônias. Esta descapitalização irá determinar o modelo subsequente que formará o capitalismo dependente. No Brasil, isso irá influir na estruturação e no comportamento das classes que irão se estratificando com reflexos visíveis até os nossos dias.

O Brasil emerge como nação, suas classes dominantes têm de criar, também, o ideal de um tipo nacional, e esse modelo é o do antigo colonizador – o ideal escolhido é o branco. Criam-se, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação, e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente. No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do branqueamento, isolando-se, por outro lado, o negro feno/ genotípico, o qual passa a ser radicalmente discriminado.

Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa, no Brasil havia o atraso da escravidão. Os latifúndios escravistas impediam a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade de se criar uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época. O Brasil, por essas razões, não conseguiu acumular capitais capazes de livrá-lo de desembocar no modelo de capitalismo dependente.

Já o imperialismo, nos mostra Moura, entra como componente externo de dominação da mesma forma como o sistema colonial dominou o sistema escravista. Ele faz parte do mecanismo regulador do processo de dominação que exige, nas áreas do capitalismo dependente, grandes contingentes nativos marginalizados. Ao mesmo tempo, como elemento de controle social e político, descarta-se a prática de uma política democrática (Moura, 1983).

As mazelas da escravidão africana chegam ao nosso tempo presente. Pelos ensinamentos de Moura, conseguimos entender como foi formada a estrutura de classe no Brasil, bem como o estabelecimento das relações sociais. Por isso afirmava Moura (1983) que: “os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada”, funcionando ainda como um mecanismo regulador do capitalismo dependente, a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebeias e da classe operária por abrangência.

Não é por acaso que abrimos esse item demonstrando os índices de desemprego para os afrodescendentes, principalmente jovens e mulheres, que ocorrem nos seis países da América Latina, sendo o Brasil um de seus integrantes. Nesse diapasão, a partir dos ensinamentos de Moura, propomos o diálogo para refletirmos o que pode ser feito para a juventude negra no tocante à redução de violência, melhoria da educação e trabalho, fortalecimento das ações afirmativas para a população negra e fortalecimento das leis já existentes como as Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008.

Os desafios da juventude negra no país neocolonial e a teoria social de Lélia Gonzalez

Neste tópico, abordaremos os trabalhos de Lélia Gonzalez nas décadas de 1970 e 1980, sobre os quais se debruçou para analisar o desenvolvimento capitalista da América Latina, com as teorias da dependência e o caráter do racismo no Brasil. Entendemos que Lélia é formadora de um pensamento social crítico latino-americano.

Aproveitamos também para dizer que Lélia Gonzalez se aproxima do pensamento de Clóvis Moura ao relacionar o capitalismo dependente com o patriarcado e o racismo muito antes de existir o termo interseccionalidade. Denunciou a situação de expropriação da classe operária, em especial a negra. Questionou sobre a cidadania negra e indígena com o advento da Democracia, pois esses segmentos da sociedade não estavam integrados como sujeitos de direitos. Concluiu que o Brasil não poderia ser uma “nação e sim uma sociedade” (Brasil, 1987), pois para formar uma nação haveria necessariamente de ter a participação de todos, o que não ocorria.

Como boa professora de História, assim como Clóvis Moura, desnuda e interpreta o passado vergonhoso brasileiro, para explicar que a ideia de raças humanas distintas já fazia parte das relações sociais ibéricas (Portugal e Espanha), e com a colonização das Américas, é potencializada como uma ideologia de dominação para justificar a barbaridade contra indígenas e contra os africanos traficados como escravizados na sociedade escravista colonial imposta nesse território (Souza, 2024).

Lélia Gonzalez (2020) utilizou a linguagem da psicanálise para usar conceitos como denegação e explicar o processo social de negação do negro e do indígena na cultura brasileira. Para Gonzalez, a denegação é uma característica própria do racismo nas sociedades de colonização ibérica, assim como expressa um processo de negação, isto é, a preocupação com aquilo que não é dito, o interdito, e a dimensão subversiva da linguagem do cotidiano.

Ao considerar essa dinâmica da dominação, Gonzalez criticou a teoria social brasileira por incorporar raça e gênero numa perspectiva economicista, com a conclusão de que as opressões de raça e gênero são meros subprodutos das relações de classe. Afirmou que a teoria social que vigorava no Brasil situava a mulher negra no lugar de alienação, como amortecedora de conflitos ou vítima da sociedade colonial.

Por todas essas explicações dos ensinamentos de Gonzalez, escolhemos também um artigo da autora intitulado: “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, no qual aborda o problema do desenvolvimento do país e sua dependência colonial, o que acarretava a formação de uma massa marginal. Ela apontou três processos de acumulação, os quais coexistem na formação econômica brasileira: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista (Gonzalez, 2020, s/n). A presença desses três capitais, combinados sob a hegemonia do capital monopolista e a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatou que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico, incluindo as questões relativas ao desemprego e subemprego.

É importante observar o que a autora já falava em seu artigo da década de 1970, baseado no Censo de 1970, ou seja, que mais da metade da população brasileira era constituída por menores de 21 anos, e a maioria da população era/é afro-brasileira. “Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues à própria sorte, sem a menor perspectiva de vida; ou melhor, sua única perspectiva é o

banditismo e a morte. Desnecessário dizer que são negros em sua maioria." (Gonzalez, 2020, s/n)

A teoria social de Lélia Gonzalez pode ser aplicada aos dias de hoje, quando nos referimos ao fator morte violenta como principal causa de óbito entre os jovens de 15 e 29 anos no Brasil. Também somamos o fator raça para comparar os índices de morte violenta entre jovens negros e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico I – Taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, por raça/cor, e Risco Relativo de Mortes Violentas de Jovens Negros em relação aos Jovens Brancos – Brasil (2016-2023)

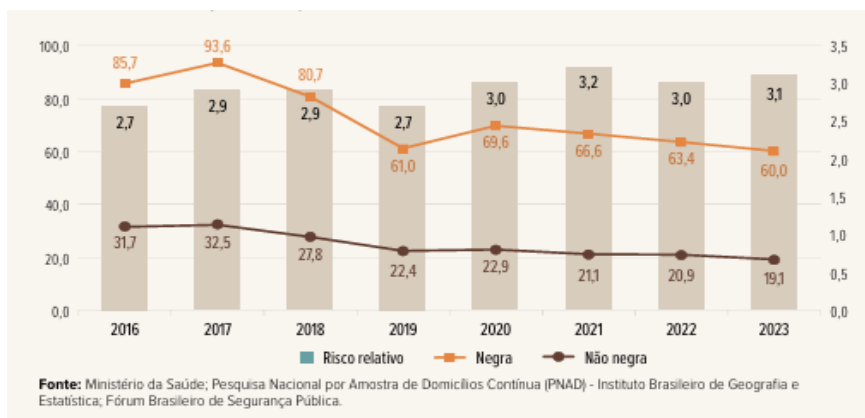


Gráfico II – Risco relativo de morte por homicídio de jovens negros em comparação com jovens brancos segundo nível de escolaridade Brasil e Grandes Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Fundamental incompleto		Superior (incompleto ou completo)	
	2017	2021	2017	2021
Brasil	1,9	2,5	2,0	3,0
Região Norte	2,2	3	2,8	1,4
Região Nordeste	3,4	3,1	2,4	3,3
Região Sudeste	1,6	2,4	1,0	2,2
Região Sul	0,8	1,0	1,8	1,1
Região Centro-Oeste	1,6	1,5	1,1	1,9

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus e IBGE (PNAD); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNESCO.

Os dados constantes nas Gráficos I e II foram retirados do Plano Juventude Negra para construção do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência (2024), para demonstrar que a escolaridade, uma das mais importantes políticas sociais para o desenvolvimento e inclusão social, constitui-se em variável determinante nas taxas de mortalidade da população jovem no Brasil: quanto mais anos de estudo, menor a mortalidade por homicídios, conforme têm apontado não poucos estudos (Brasil, 2024; Cerqueira et al., 2024). Todavia, se a escolaridade de fato previne a violência letal, ela sozinha não anula os efeitos estruturais do racismo. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública calculou o risco relativo de morte violenta de jovens segundo escolaridade (mortes violentas de jovens com

ensino fundamental incompleto x mortes violentas de jovens com ensino superior incompleto e completo) e raça/cor.

Observa-se que, em 2017, um jovem negro com ensino fundamental incompleto tinha 1,9 vez mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco com a mesma escolaridade. Em 2021, essa relação havia aumentado para duas vezes. Todavia, o que chamou mais a atenção foi que, quando analisamos os dados de mortalidade por homicídios de negros em relação aos brancos com ensino superior (incompleto ou completo), vemos que, em nível nacional, um jovem negro com ensino superior completo ou incompleto tinha, em 2021, 3 (três) vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que um jovem branco com o mesmo nível educacional. E que, em comparação a 2017, essa relação havia crescido 50%.

Gonzalez e Hansenbalg (1982) publicam o livro *Lugar de Negro*, no qual os autores descrevem o novo modelo econômico que o Brasil vivia durante a ditadura militar. Denunciaram a situação da população negra durante a invasão do capitalismo na economia brasileira. Apontaram o “milagre econômico” como uma manobra, a qual beneficiou uma minoria da população interna e multinacionais, em que 49% da renda do país se concentra nas mãos de 10% das famílias mais abastadas, e os 90% das famílias brasileiras têm que lutar para sobreviver, muitos com salários inferiores ao mínimo. E lutar pela sobrevivência, segundo Lélia Gonzalez, é:

[...] apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa também não poder deixar suas crianças irem à escola porque elas têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência.

Certamente, o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro, etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata (Gonzalez, 2020, s/n).

A maioria da população negra vivia sem a garantia das leis trabalhistas. Ademais, a autora falou sobre aqueles negros que “tiveram a oportunidade de ir à escola ultrapassar o segundo ano fundamental, sente o que é ser negro no Brasil” (Gonzalez, 2020, s/n). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025)² ratifica a afirmação da autora quanto à porcentagem do negro em relação ao branco na educação; apesar de o Brasil ter implementado políticas de ações afirmativas, há lacunas que ainda devem ser alcançadas.

A partir das considerações da autora Lélia Gonzalez, podemos concluir que o sistema capitalista se beneficia com a manutenção de tais condições de precariedade da população negra, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão de obra mais barata possível. Isto porque: “a comunidade negra nada mais é do que mão de obra reserva, utilizável

² Em 2022, 37% das mulheres negras não tinham nível fundamental completo, enquanto para as mulheres brancas a proporção era de 27%. No mesmo ano, 41% dos homens negros não possuíam fundamental completo, comparado a 28% dos homens brancos. Os indicadores também apontam que, no nível superior, apenas 15% das mulheres negras atingem esse nível, diante de 29% das mulheres brancas. Em relação aos homens, 25% dos brancos possuem nível superior e apenas 11% dos negros estão nesta condição. Entre os jovens e adultos com ensino superior completo, as mulheres brancas representam 35%; as mulheres negras, 21%; e os homens negros, apenas 15% (IPEA, 2025).

segundo as necessidades do sistema”. (Gonzalez, 1982, fl. 16)

Os estudos de Lélia Gonzalez corroboraram uma construção de sociedade mais realista, pois expôs o racismo e a opressão do capitalismo patriarcal vivida pelos sujeitos (negros) no cotidiano: seja a situação da mulher negra nas questões estéticas ou de relação do trabalho, da criança negra ou do trabalhador negro no geral, sejam as questões vivenciadas no âmbito escolar.

Considerações finais

Aprendemos com Gonzalez (2020, s/n) que, no país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe a divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer.

Quanto ao legado de Clóvis Moura, fica a herança de como iniciou a descapitalização e a desnacionalização da economia interna, que foi determinante para o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, e de como os reflexos da escravidão negra e o pensamento colonial refletem nas relações sociais até o tempo presente, corroborando para a manutenção da desigualdade social e racial que alimenta o sistema capitalista.

Por fim, para sintetizar as lutas históricas de mulheres e homens negros, que vêm desde o escravismo colonial, utilizaremos o conceito de amefricanidade de Gonzalez (1988), pois entendemos que essa categoria expressa a afirmação da humanidade por negros e indígenas, os quais, por suas resistências desde a época colonial e por meio de diversas estratégias de disputa pelos meios materiais de sobrevivência, deram substância à nossa formação social. Devemos mirar nos ensinamentos de ambos os autores para lutar e tentar mudar o sistema, por meio de investimentos em mais políticas públicas e fortalecimento da educação para eliminação da violência à juventude afrodescendente, bem como ampliar o acesso aos seus direitos sociais.

Referências

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Plano Juventude Negra Viva**. Brasília: MIR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/2024_Plano_Juventude_Negra_Viva_.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Atas da Assembleia Nacional Constituinte (1987-88). Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias. Brasília: Imprensa Nacional, 1987. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 out. 1988.

CEPAL e UNFPA. **Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión**. Documentos de Proyectos LC/PUB.2020/14. Santiago, 2020.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAO e CEPAL. 2025. **Afrodescendentes na América Latina e no Caribe: Uma abordagem às realidades sociais e territoriais no mundo rural**. Santiago do Chile. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd4853pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNESCO; BANCO MUNDIAL; BRASIL. MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra à Violência**. São Paulo: FBSP, 2024.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia; Carlos Hasenbalg. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOLZ, R., HUEPE, M. e RANGEL, M., 2022. **El futuro del trabajo y la población afrodescendiente en América Latina en el marco del COVID-19 y la recuperación transformadora con igualdad**. Documentos de projeto LC/ TS.2022/81. Santiago, CEPAL.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasil 2022, Nível educacional (em %). *In*: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/276-retratos-indicadores/retratos-indicadores-educacao>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MARX, Karl. **A origem do capital (a acumulação primitiva)**. São Paulo: Ed. Fulgor, 1964.

MOURA, Clóvis. **Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Ed. Global, 1983.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Lélia Gonzalez e a relação entre feminismo e marxismo na “América”. **Extraprensa**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 56-73, jul/dez 2024.